

O Brasil na contramão do mundo

Estudo internacional mostra o fim do ciclo das privatizações e a retomada dos serviços essenciais à posse pública. Bolsonaro e o banqueiro travestido de ministro Paulo Guedes querem colocar o país todo à venda.



► Pág. 3



1º DE MAIO

Sindicato realiza série de atividades em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores. Destaque para reuniões setoriais com confraternizações.

► Pág. 2



ACIDENTES

Acidentes de trabalho matam mais que qualquer guerra. Brasil é o 4º país onde mais morrem trabalhadores, segundo a OIT.

► Pág. 4

► **Luta e Confraternização**

Sindipetro faz série de atividades durante o Mês do Trabalhador

Ao mesmo tempo que é importante comemorar o Dia Internacional do Trabalhador e lembrar das suas origens na luta de classes, a conjuntura do Brasil requer muita mobilização para enfrentar a agenda de retrocessos que se impõe à classe trabalhadora.

Por isso, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina vai realizar uma série de atividades durante o mês de maio, mesclando debates sobre temas de interesse à categoria com confraternização. Serão promovidas reuniões setorializadas,

seguidas de churrasco nas sedes do Sindicato ou locais apropriados.

Durante os eventos, serão tratados temas como luta contra a privatização da Petrobras e contra a reforma da previdência, a campanha do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), marcação de férias dos turneiros, entre outros.

Além disso, o Sindipetro propõe uma atividade diferente das tradicionais, a “Trilha dos Compas”, que abre as comemorações do Dia do Trabalhador e acontece no dia 28/04 (confira no texto ao lado).



Agenda das setorializadas e confraternizações

REPAR

| GRUPO | DATA | HORÁRIO | LOCAL |
|-------|--------------|---------|----------------------------|
| 02 | 02 de Maio | 18h00 | Sede do Sindipetro PR e SC |
| 01 | 06 de Maio | 18h00 | Sede do Sindipetro PR e SC |
| 03 | 09 de Maio | 18h00 | Sede do Sindipetro PR e SC |
| 05 | 13 de Maio | 18h00 | Sede do Sindipetro PR e SC |
| 04 | 20 de Maio | 18h00 | Sede do Sindipetro PR e SC |
| HA | 10 ou 17/05* | 18h00 | Sede do Sindipetro PR e SC |

*HA: Data mais adequada será definida em breve e devidamente comunicada à categoria.

Transpetro Santa Catarina (todas as unidades)

| DATA | HORÁRIO | LOCAL |
|------------|------------------|------------------------------|
| 19 de Maio | 12h00 (meio-dia) | CEPE de São Francisco do Sul |

*Vamos lembrar o grande ato no Temirim de maio de 2018 para reforçar a união dos petroleiros contra a privatização da companhia.

Transpetro Paranaguá (Tepar)

*Data ainda não foi definida, mas será divulgada em breve.

Usina do Xisto (SIX)

| GRUPOS | DATA | HORÁRIO | LOCAL |
|--------------|------------|---------|--|
| 01, 02 e 03 | 10 de Maio | 18h00 | Sede do Regional do Sindipetro PR e SC |
| 04, 05 e ADM | 17 de Maio | 18h00 | Sede do Regional do Sindipetro PR e SC |

“Trilha dos Compas” vai encarar o Morro do Canal



Fazer exercício físico, respirar o ar puro da montanha, estar cercado de companheiros(as) e ainda celebrar o Dia do Trabalhador. Tudo isso vai acontecer no dia 28 de abril (domingo), na atividade “Trilha dos Compas”, realizada pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina.

A ideia é subir o Morro do Canal, um ótimo destino para quem quer começar a se aventurar. É a montanha mais próxima a Curitiba, no Parque Estadual do Marumbi, e está localizada no município de Piraquara. Seu cume está a 1.369 metros acima do nível do Mar. O tempo médio entre a subida e descida é de aproximadamente quatro horas. O percurso é considerado leve/moderado.

A concentração será na Sede do Sindipetro (R. Lamenha Lins, 2064, Rebouças – Curitiba), às 07h00. O Sindicato vai organizar o transporte e fornecer a alimentação.

A recomendação é usar bota trekking, roupas leves e levar capa de chuva, 2 litros de água por pessoa e uma blusa, porque a temperatura no alto da montanha é baixa.

Quem quiser, pode levar outras pessoas, mas somente de idade igual ou superior aos 14 anos (menores de idade devem estar acompanhados pelos pais).

Para participar, entre em contato com o Sindicato pelo telefone (41) 3332-4554 e confirme a presença com Liliane.

6º Congresso Unificado tem como lema “a defesa da Petrobrás, dos Direitos e da Liberdade Sindical”

Petroleiros do Paraná e Santa Catarina e Petroquímicos do Paraná mais uma vez somam forças e realizam



conjuntamente o 6º Congresso Regional do Sindipetro PR e SC e do Sindiquímica PR. O evento acontecerá nos dias 03 e 04 de maio, na Sede do Sindiquímica (R. Senador Accioly Filho, 851, Cidade Industrial de Curitiba).

O tema deste ano será “A defesa da Petrobrás, dos Direitos e da Liberdade Sindical. Para eleger os participantes, o Sindipetro PR e SC realiza 21 sessões de assembleias, que começaram no dia 15 e terminam no dia 29/04.

O propósito do evento é debater a conjuntura, sobretudo nas questões que implicam às categorias, construir uma pauta de reivindicações para a Campanha do Acordo Coletivo de Trabalho e eleger os representantes para o VIII PlenaFUP – Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros.

▶ Privatizações

O Brasil à venda num mundo cada vez mais público

Retomada de serviços essenciais pela administração pública é tendência global.

Na última semana, a mídia destacou a afirmação de Jair Bolsonaro (PSL) na qual disse ter “simpatia inicial” pela ideia de privatização da Petrobrás. Nada surpreendente, pois seu “super ministro”, o banqueiro Paulo Guedes (sócio-fundador do Banco BTG Pactual), dizia ainda em campanha ser favorável à privatização de todas as estatais e que o processo seria mais rápido do que no governo Temer.

Com tais declarações, o governo reafirma ainda mais seu caráter retrógrado e antidesenvolvimentista. As privatizações são fenômenos cada vez mais raros no cenário internacional e a tendência são as “reestatizações”. É o que revela o estudo do *Transnational Institute* (TNI), realizado entre os anos de 2000 e 2017.

Na última edição do *Jornal do Sindipetro PR e SC*, uma matéria sobre esse mesmo estudo mostrou que pelo menos 884 serviços foram

reestatizados no mundo, sendo a grande maioria em países centrais do sistema capitalista, como Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra.

O TNI aponta diversas causas para a onda de reestatizações de serviços públicos, como o anseio popular para acabar com os abusos do setor privado em matéria de violações dos direitos dos trabalhadores; a vontade de recuperar o domínio sobre a economia e os recursos locais; o desejo de providenciar serviços acessíveis às pessoas; ou a intenção de implementar estratégias ambiciosas, por exemplo, para a transição energética ou para o meio ambiente.

De acordo com a conclusão do estudo, entre todas essas manifestações diversificadas, surge “uma imagem coerente: é possível reaver ou desenvolver serviços públicos eficazes, democráticos e acessíveis. A qualidade de serviço cada vez menor e os preços cada vez mais altos não são inevitáveis. Mais e mais pessoas e cidades estão a encerrar o capítulo da privatização e a devolver os serviços essenciais à posse pública”.

As reestatizações nos países emergentes

A vitória de Lula e do projeto de soberania nacional nas eleições de 2002 pôs um freio no processo de privatizações no Brasil, iniciado no governo de Itamar Franco e continuado com mais intensidade nas gestões de FHC.

O país não configura na listagem do estudo por não ter registrado reestatizações, mas outras nações emergentes que passaram por um ciclo de privatizações mais acentuado optaram por reaver serviços essenciais.

Segundo o TNI, a vizinha Argentina reestatizou, seja em âmbito nacional ou local, dez serviços básicos, sendo um no setor de energia, oito de saneamento e um serviço postal. A Índia teve sete casos, dois na área do saneamento e um em cada seguinte setor: transporte, energia, educação, administração local e saúde. O caso indiano na saúde chama atenção por não ser uma reestatização, mas sim a criação de um serviço municipal (Déli) de atendimento à saúde básica da população. México e Rússia aparecem no levantamento cada qual com um registro de reestatização no saneamento.



República das Bananas

Enquanto o governo Bolsonaro liquida direitos do povo e põe o Brasil à venda (e bem baratinho!), outros países optam pela reestatização de serviços essenciais e garantem bem-estar social à população. Em outros casos (como em Déli - Índia), criação de serviços públicos trouxe avanços sociais. Confira dois casos, entre tantos outros citados pelo estudo do TNI.

Argentina: Serviços postais públicos superiores aos privados em qualidade, cobertura e preço

A empresa argentina de serviços postais Correo Argentino (CORASA) foi o primeiro serviço público a ser desprivatizado sob a administração do Presidente Kirchner. A CORASA foi privatizada em 1997 para a sociedade de investimento argentina Grupo Macri, que conquistou o domínio do setor e obteve uma concessão de 30 anos como prestadora de serviços. O contrato estipulava que o Grupo Macri pagaria ao Estado uma quantia bianual por gerir o serviço e que deveria continuar a empregar os recursos humanos existentes. Em troca, o governo continuaria a conceder um subsídio regional à empresa por ter de prestar o serviço com prejuízo em partes distantes do país. Apenas dois anos após celebrada a concessão, em 1999, o Grupo Macri deixou de pagar royalties ao governo. Durante o período concessionado, a qualidade do serviço permaneceu baixa, as rotas rurais eram mal servidas e os preços aumentaram várias vezes. Após seis anos, o governo terminou a concessão ao Grupo Macri e voltou a nacionalizar o serviço postal. Embora o serviço postal estivesse a funcionar com sérios prejuízos durante a privatização, a administração Kirchner conseguiu melhorar a prestação do serviço e voltar a priorizar as ligações às rotas rurais que tinham sido negligenciadas pelo Grupo Macri. Além disso, o governo baixou o custo do serviço postal e aumentou a fiabilidade e a responsabilização operacionais.

Índia: Cuidados de saúde públicos, a via mais eficaz para os cuidados de saúde básicos universais

Em 2015, o governo do recém-eleito Aam Aadmi Party (AAP, ou Partido do Homem Comum) iniciou o processo de concretização de uma das suas principais promessas pré-eleitorais, cuidados de saúde primários acessíveis, estabelecendo 1000 clínicas Mohalla (comunitárias) em Deli. No início desse ano, o novo governo prometera afetar 2,09 bilhões de rupias (US\$ 31,4 milhões) às 1000 clínicas propostas. Em fevereiro de 2017, estavam a funcionar cerca de 110 clínicas em algumas das zonas mais pobres de Deli. As clínicas foram implementadas pelo Departamento de Obras Públicas, por um custo unitário aproximado de 2 milhões de rupias (US\$ 30.000 dólares dos EUA). Devido às suas pequenas dimensões e ao uso de módulos pré-fabricados transportáveis que podem ser instalados com facilidade em praticamente qualquer lugar, as clínicas são muito mais baratas do que os dispensários do governo (que custam, cada um, US\$ 450.000). Cada clínica está dotada de um médico, um enfermeiro, um farmacêutico e um técnico de laboratório. As consultas, os medicamentos e as análises laboratoriais são providenciados aos usuários de forma gratuita, independentemente da sua condição econômica. Dado que as clínicas foram criadas no segundo semestre de 2015, o governo de Deli afirma que mais de 2,6 milhões dos seus habitantes mais pobres já receberam cuidados de saúde gratuitos de qualidade. Anteriormente, os cidadãos mais carentes de Deli estavam dependentes de clínicas privadas dispendiosas ou até mesmo de charlatães. O êxito destas primeiras clínicas aproximou o governo do AAP da concretização da sua promessa de prestação de cuidados de saúde primários gratuitos a todos os cidadãos de Deli.

Números de guerra

Acidentes de trabalho no mundo matam mais que qualquer conflito bélico. Brasil é o 4º colocado no ranking da OIT. Petrobrás contribui para essa posição vexatória.

28 de abril é o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho. A data estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) também é conhecida como Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Isso porque em 28 de abril de 1969 uma explosão numa mina, em Virgínia, nos Estados Unidos, matou 78 trabalhadores.

A tragédia impulsionou o movimento sindical norte-americano a iniciar uma luta para que a data não fosse esquecida e para que acidentes semelhantes fossem evitados.

Apesar das campanhas de conscientização do movimento sindical e de organismos internacionais, o que chama a atenção é o aumento dos casos de acidentes e mortes relacionados ao trabalho. Os números são alarmantes e superam os de qualquer guerra.

De acordo com a OIT, ocorrem anualmente 270 milhões de acidentes de trabalho em todo o mundo. No Brasil são 1,3 milhão de casos, que têm como principais causas o descumprimento de normas básicas de proteção aos trabalhadores e más condições nos ambientes e processos de trabalho.

Em relação ao número de mortes, o ranking global da OIT mostra que são 2,3 milhões por ano, sendo 6,3 mil pessoas mortas a cada dia no trabalho. O Brasil ocupa a 4ª colocação no ranking, com 2.503 óbitos anuais. O país perde apenas para China (14.924), Estados Unidos (5.764) e Rússia (3.090).



De quem é a culpa?

As análises de acidentes feitas nas empresas normalmente têm um só objetivo: determinar alguém para ser culpado e, assim, perpetuar o modelo de culpabilização das vítimas de acidentes de trabalho. Quem afirma é Raoni Rocha, mestre e doutor em ergonomia e organização do trabalho pela Universidade de Bordeaux (França) e professor da UNIFEI-Itabira.

Para ele, os modelos tradicionais de análise de acidentes nas empresas, como Ishikawa, causa e efeito, árvore de causas e árvore de falhas, muitas vezes não são usados para se compreender as causas profundas e organizacionais dos acidentes nas empresas, mas sim para denunciar alguém, muitas vezes concluindo que o acidente foi causado por ato inseguro ou falha humana. “Se a intenção for compreender o acidente para se gerar a prevenção, não é através da atribuição de culpa que isso vai ser feito. As análises de acidentes têm que saber separar as responsabilidades dos envolvidos no evento do julgamento moral de culpa das pessoas que também estão envolvidas”, afirma.

Uma das fundamentações de Raoni é o artigo “Culpa da vítima: modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes de trabalho”, dos professores Rodolfo Vilela e Ildeberto Muniz de Almeida. O estudo apresenta uma análise de 71 laudos

de investigação de acidentes graves e fatais de trabalho, efetuados pelo Instituto de Criminalística de Piracicaba-SP. Ali foi contatado que mais de 80% dos acidentes registrado têm como causa principal o “ato inseguro” e que as vítimas são responsabilizadas mesmo em situações de elevado risco, “onde certamente há aspectos organiza-



is e cognitivos mais profundos determinantes na produção dos acidentes”.

O artigo explica que a responsabilização do acidente é subjetiva, baseada na necessidade de imputação de culpa a alguém. “O Código Penal

Brasileiro determina que quando há culpa exclusiva da vítima, não há necessidade de reparação, então fica fácil de entender porque que a corda arrebenta sempre do lado mais fraco”, completa Raoni.

Petrobrás

O cenário de negligência nas condições de segurança e culpabilização das vítimas serve como luva para a Petrobrás. Ao invés de traçar medidas eficazes de prevenção na sua política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a empresa segue o caminho contrário. A adoção há cerca de dois anos de um Sistema de Consequência, que só serve para punir o trabalhador, blindando a gestão da responsabilidade pelo descumprimento de normas e regulamentos de segurança, e a subnotificação dos acidentes registrados em suas áreas industriais são exemplos das vistas grossas da Companhia com relação à segurança.

Enquanto isso, desde 1995, 382 trabalhadores perderam suas vidas a serviço da Petrobrás. Já passou da hora de virar esse jogo.

Internet e Redes Sociais



whatsapp

41 99197-8700

*Cadastre-se: adicione na agenda do seu celular e envie uma mensagem c/ nome e local de trabalho.



twitter.com

@SindipetroPRSC



facebook

facebook.com/sindicatodospetroleiros



e-mail

faleconosco@sindipetroprsc.org.br

página na internet

sindipetroprsc.org.br



Sede de Curitiba: (41) 3332.4554 Regional Paranaguá: (41) 3424.0255

Regional Joinville: (47) 3025.4014 Regional São Mateus: (42) 3532.1445



Expediente

O Jornal do Sindipetro é o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina, com Sede em Curitiba, na rua Lamenha Lins, 2064, CEP 80220. Tel: (41) 3332-4554. E-mail: faleconosco@sindipetroprsc.org.br. Regional Sindical de São Mateus do Sul: rua Paulino Vaz da Silva, 535, CEP 83900-000. Tel: (42) 3532-1445. E-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br. Regional Sindical de Paranaguá: rua Odilon Mader, 480, bairro Estradinha, CEP: 83206-080. Tel: (41) 3424-0255. E-mail: paranagua@sindipetroprsc.org.br. Regional Sindical de Joinville: rua Elly Soares, 127, sala 2, bairro Floresta. CEP: 89211-715. Tel: (47) 3025-4014. E-mail: joinville@sindipetroprsc.org.br.

Jornalista Responsável: Davi S. Macedo (Mtb 5462 SRTE/PR)

Impressão: WL Impressões | Tiragem: 2 mil exemplares | Distribuição gratuita e dirigida.